



KA'A ETE: WAIÃPI, POVO DA FLORESTA

KA'A ETE
WAIÃPI, POVO DA FLORESTA

Acervo Plínio Ayrosa
Departamento de Antropologia

FFLCH-USP
1989

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. José Goldenberg

Vice-Reitor: Prof. Dr. Roberto Leal Lobo e Silva Filho

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira

Vice-Diretor: Prof. Dr. João Paulo Gomes Monteiro

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Chefe: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

Organização da Exposição e do Catálogo

ACERVO PLINIO AYROSA

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA — USP

Equipe do APA:

Dominique T. Gallois, Flora F. D. da Silva Dias, Luís Donisete B. Grupioni, Mariana Vanzolini, Marta Azevedo, Paula Morgado D. Lopes, Sílvia Cardoso.

Pesquisa, texto, mapas e fotos:

Dominique T. Gallois (com a participação de Luís D. B. Grupioni, para o texto sobre a Amazônia e da equipe do APA, para revisão e edição do Catálogo).

Desenhos:

Ajãreatã, Januári, Matã, Mekuia, Miwa e Tsiro.

Agradecimentos:

Richard Gallois, Sílvia Caiuby Novaes.

Apoio

Coordenadoria de Atividades Culturais

Comissão Especial de Coordenação de Atividades de Extensão
Universitária

USP

Financiadora de Estudos e Projetos

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

União das Nações Indígenas

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

SUMÁRIO

Apresentação

A Amazônia e os povos da floresta

Os Waiãpi, no Amapá

Cosmologia

Ocupação do território

Perspectivas

Relação dos artefatos expostos

Bibliografia

CEDI - P. I. B.
 DATA _____
 COD. _____

A P R E S E N T A Ç Ã O

Meus parentes Waiãpi conhecem a arte de
 levantar o Céu, a ciência do equilíbrio
 do Universo.

Guardam em segredo a memória da
 criação do mundo, de cada um dos
 pequenos animais, dos igarapés,
 montanhas e rios.

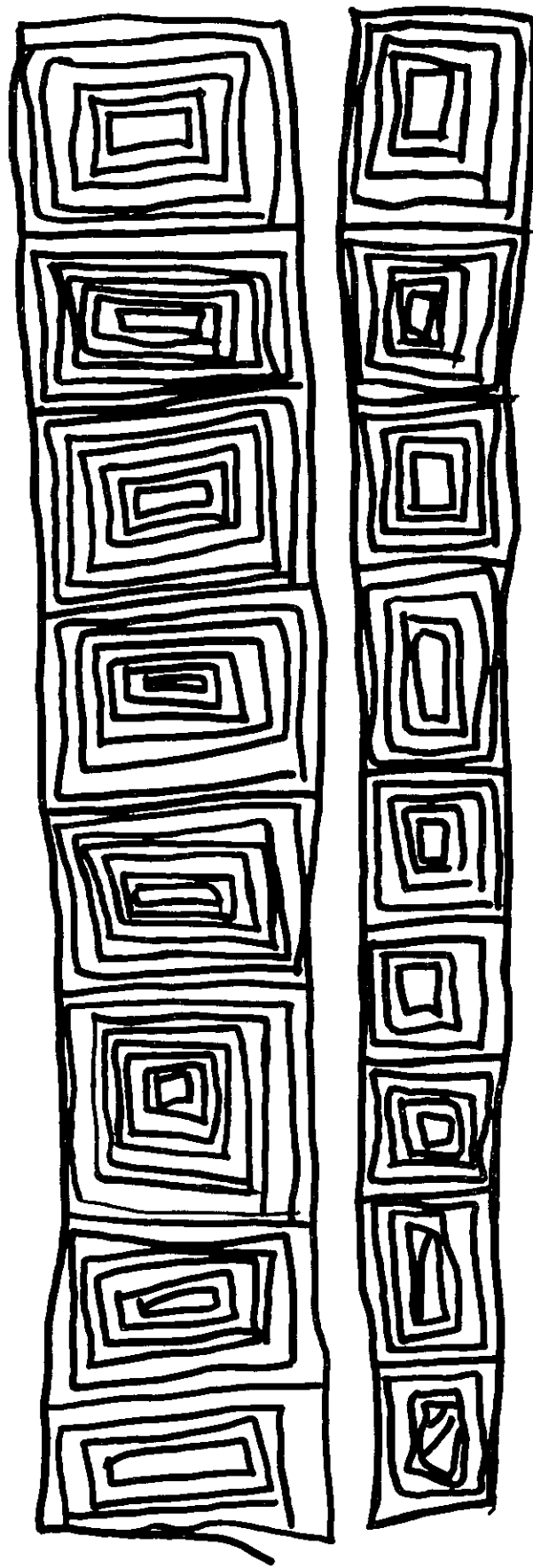
Agora, este Universo está ameaçado e os
 seus sábios estão chamando a
 atenção dos brancos.

Ouçao aviso deste povo mágico, ajude a
 levantar o céu que está pesando sobre
 meus parentes. As ameaças vêm das
 quatro direções: das quatro direções vem
 chegando o alarido do progresso.
 Estradas e garimpos e mais colônias,
 plenas de miséria.

É urgente. Vamos levantar o céu.

Ailton Krenak

União das Nações Indígenas

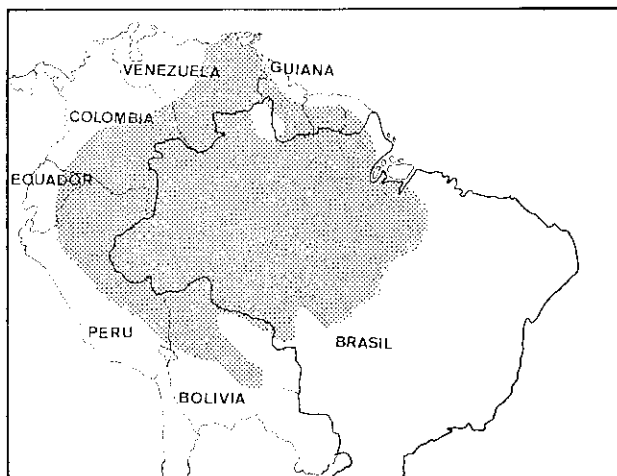


Motivo de pintura corporal: casco de jabuti

A AMAZÔNIA E OS POVOS DA FLORESTA

A Amazônia encontra-se, hoje, no centro das atenções do cenário internacional, por estar sofrendo um processo de ocupação desordenado, a destruição de suas riquezas naturais e a expulsão dos povos que tradicionalmente vivem da floresta.

Ocupando uma área de aproximadamente 6,5 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia abrange parte dos territórios de nove países da América do Sul. Trata-se da maior superfície do globo coberta por florestas tropicais, numa zona quente e úmida, constituída por terras baixas e solos, em geral pobres, que servem de base para a vegetação exuberante. Esta imensa bacia hidrográfica é formada principalmente pelo rio Amazonas, que nasce na Cordilheira dos Andes e percorre mais de 6.500 quilômetros até desembocar no Oceano Atlântico. Com mais de mil afluentes, entre os quais se destacam, em território brasileiro, os rios Negro, Tapajós, Madeira e Xingu, o rio Amazonas responde por 15 a 20% de todas as águas doces lançadas aos oceanos pelos diversos rios do mundo.



Nos últimos anos, intensificou-se a apropriação de terras na Amazônia, através de volumosos investimentos de capital nacional e estrangeiro, seja para a ocupação produtiva ou para especulação. Paralelamente, programas de colonização oficial e abertura de estradas produziram fluxos migratórios de grande mobilidade que, aliados aos projetos agropecuários e de extração mineral, trouxeram profundas modificações à floresta e aos seus habitantes.



A parte da Amazônia que pertence ao Brasil compreende quase 5 milhões de quilômetros quadrados, equivalentes a 60% do território nacional e abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. Desta área, 70% estão cobertos por florestas.

Embora haja divergências sobre a área efetivamente devastada na Amazônia brasileira, é certo que o processo de desmatamento, acompanhado pela erosão, tornou-se prática diária e crescente.

Direta ou indiretamente, o Estado brasileiro vem determinando os rumos do processo de colonização e desenvolvimento da Amazônia. Ele é o

principal responsável pela criação de infra-estrutura necessária ao aproveitamento dos recursos naturais; pela construção de hidrelétricas; pela concessão de incentivos diversos; pela regularização de títulos fundiários; pela administração da justiça e controle dos violentos conflitos pela posse da terra; e pelo destino dos grupos sociais que aí sempre viveram.

Povos indígenas, populações ribeirinhas, castanheiros e seringueiros, habitantes tradicionais da floresta, tem seu modo de vida baseado na agricultura de subsistência, na coleta de produtos silvestres, pesca e na caça não-predatória. Estes grupos sociais desenvolveram formas culturais específicas de adaptação e integração ao meio amazônico. Ao longo de gerações, acumularam e transmitiram conhecimentos sobre as potencialidades, as limitações dos diferentes ecossistemas que compõem a Amazônia. Convivendo com a floresta, dela retiram não

apenas os meios necessários a sua sobrevivência física, mas estabelecem relações sociais e simbólicas que fundam suas visões de mundo.

No Brasil, a população indígena é de cerca de 220.000 índios, dos quais 60% vivem na área denominada Amazônia Legal. Trata-se de grupos étnicos diferenciados, falantes de línguas e dialetos distintos, cuja situação de contato também varia; alguns grupos estão em contato há vários séculos com segmentos da sociedade envolvente e outros ainda vivem num relativo isolamento. Este é o caso do povo Waiãpi, que apresentamos neste Catálogo.

Os povos da floresta têm sido marginalizados nas decisões relativas ao desenvolvimento da região. Um desenvolvimento que deve se pautar no respeito e no reconhecimento dos direitos dos grupos sociais que tradicionalmente ocupam a região. Há ainda muito o que se aprender sobre a Amazônia e seus habitantes, especialmente aqueles que, até agora, souberam preservar a floresta.

OS WAIĀPI, NO AMAPÁ

Os índios Waiāpi, de língua Tupi-Guarani, habitam uma vasta extensão de floresta de terra firme na fronteira Brasil-Guiana Francesa.

Nos mitos de origem, os Waiāpi situam-se como uma etnia diferenciada, globalmente, dos outros povos por eles conhecidos: os brasileiros (*karai-ku*), os franceses (*parainsi-ku*) e os grupos indígenas vizinhos (Wayana-Aparai, Tiriyo, Karipuna, Galibi e Palikur). A tradição estabelece que, no tempo mítico, todos os povos viviam juntos e teriam sido separados pela intervenção do herói criador, *Janejar* (“nosso dono”). Após esta separação, as outras etnias se distanciaram e, desde então, os Waiāpi consideram que habitam o “centro da terra”. Ali, eles se dividiram em diferentes grupos que se reconhecem como “parentes” e ocupam, respectivamente, as bacias dos rios Jari, Oiapoque e Amapari.

A população total da etnia é de cerca de 760 pessoas, distribuídas entre vários grupos territoriais:

— Na Guiana Francesa, os Waiāpi habitam cinco aldeias situadas à margem do rio Oiapoque, com uma população de 440 indivíduos (Grenand, 1988).

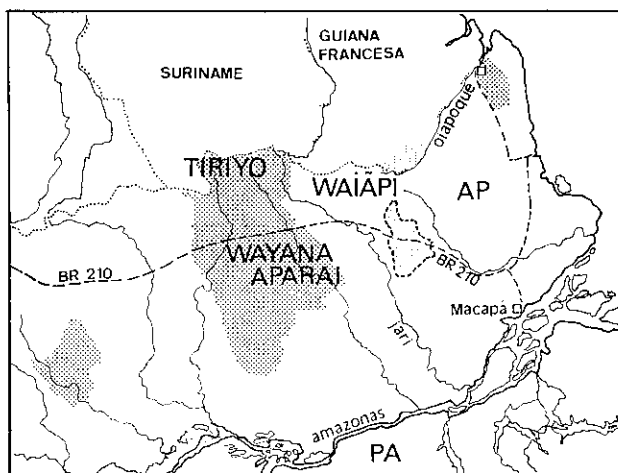
— No Brasil, a atual área de concentração dos Waiāpi abrange afluentes do rio Amapari e do rio Jari, nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari, no Amapá. A área indígena corresponde à uma extensão de 543.000 hectares, delimitados pela FUNAI em 1984. A população é de cerca de 310 pessoas, distribuídas entre 11 aldeias e acampamentos fixos (Gallois, 1988).

— Outro grupo territorial autônomo ocupava a bacia do rio Cuc e posteriormente a aldeia Molokopota, no alto rio Jari. A aldeia foi abandonada em 1982 quando seus remanescentes, em número de 10, foram transferidos para o Parque Indígena de Tumucumaque (PA), onde vivem hoje.

— Fora da AI Waiāpi, há notícias de dois subgrupos isolados da mesma etnia, que ocupariam, respectivamente, as cabeceiras dos rios Amapari e Anakui (AP) e o alto rio Ipitinga (PA).

A região do Amapari

Na porção noroeste do Amapá, uma região extremamente acidentada e de difícil acesso, os Waiāpi tiveram poucos contatos com a população regional. Os índios procuravam ocasionalmente núcleos de povoamento nos afluentes do baixo Jari e no rio Maracá, para a obtenção de ferramentas, mas permaneceram praticamente isolados até a implantação dos projetos governamentais de ocupação da área de fronteira. Enquanto a região não oferecia interesse econômico, manteve-se intacta a integridade territorial e cultural do povo Waiāpi.



Em 1973, os Waiāpi do Amapari foram “contactados” por uma equipe de atração da FUNAI que preparava, naquela região, os trabalhos de abertura da Rodovia Perimetral Norte (BR 210). Quando os trabalhos de construção da estrada foram interrompidos em 1976, o trecho final já penetrava por mais de 30 km a área indígena. A estrada, aliada à uma fiscalização inadequada, abriu as terras dos Waiāpi aos invasores: inicialmente caçadores de peles, depois garimpeiros e, mais recentemente, interesses de empresas de mineração, atraídas pelas importantes jazidas de ouro, cassiterita, manganês e tântalo da região. Ao mesmo tempo, cresce a pressão nos limites da área, na medida em que as margens da Perimetral Norte vêm sendo ocupadas por serrarias, fazendas e garimpos, alimentados pelos centros urbanos próximos (Serra do Navio, a 90 km da área indígena, e Macapá, a 370 km).

Crescimento demográfico

Atualmente, a evolução da população Waiãpi na região do Amapari atesta uma taxa de crescimento extremamente elevada: nesses 15 anos, a população aumentou em média, dez indivíduos por ano, passando de 151, na época do contato com a FUNAI em 1973, ao total atual de 310 indivíduos. Os Waiãpi ainda enfrentam um índice elevado de mortalidade, devido às endemias e às epidemias que continuamente se propagam na área: principalmente a gripe e a malária, havendo também casos de hanseníase e de tuberculose.

Nota-se, aliás, que o índice de mortalidade entre adultos e crianças não diminui nas aldeias próximas de postos de assistência, considerando a precariedade dos serviços de saúde na região e, sobretudo, a permanente contaminação através de contatos com a população regional (visitas de moradores da Perimetral na área indígena, ou doenças trazidas da cidade pelos índios e agentes dos Postos). É significativo, nesse sentido, que os habitantes das aldeias mais distantes — onde os contatos com regionais são praticamente nulos — desfrutam de melhores condições de saúde, uma situação também garantida pela integridade do meio ambiente, nessas zonas isoladas.

A autonomia dos grupos locais

A principal característica da organização sócio-política dos Waiãpi está na autonomia dos vários grupos locais que constituem as unidades de referência básica desta sociedade. Essas unidades — denominados *wanako* (*wan* = gente, *ko* = coletivo)

não correspondem unicamente às “aldeias”, onde as famílias que compõem o grupo vivem parte do ano. Os diferentes grupos podem ser identificados em relação às “áreas de ocupação” quase que exclusivas, onde cada grupo mantém diversas roças e habitações e na qual desenvolve suas atividades de subsistência.

Na sua composição, o grupo local corresponde à associação de várias famílias nucleares (os pais e os filhos que ainda não casaram). Essas famílias têm entre si laços de consanguinidade (tratam-se como irmãos/irmãs, pais e filhos, etc...) e de casamento (relações de afinidade, entre sogros e genros, etc...) formando comunidades com 20 a 40 membros, em média.

Cada comunidade se organiza em torno de um líder (*rovijã*) que representa o “fundador” ou “dono do lugar”: quem reconheceu e escolheu a área ocupada pelo grupo. O prestígio acumulado pelos chefes em função de sua qualidade de “organizadores” das atividades de subsistência passa menos pelo reconhecimento de uma real “autoridade” que pelo jogo das relações de cooperação econômica que envolvem esses líderes e seus co-residentes.

A mesma rede de relações que integra várias famílias numa comunidade também sustenta as relações entre os diferentes grupos locais da área. Os contatos entre esses grupos locais são intensos e diversificados, incluindo trocas matrimoniais, cooperação econômica e ritual, além das visitas à aldeias e aos acampamentos de parentes. Essas relações intercomunitárias contribuem significativamente para a fiscalização da integridade do território, assim percorrido, de ponta a ponta, pelos Waiãpi.

COSMOLOGIA

A relação entre os homens e a natureza

Segundo os Waiãpi, no tempo mítico, homens e animais partilhavam os mesmos domínios, num espaço homogêneo, cortado por um único rio; ainda não havia uma floresta como a que se conhece hoje: todas as árvores eram baixas e pouco diferenciadas. Nesse tempo, todos os habitantes da terra reproduziam um único modo de ser, pois não havia diferenças entre as espécies: “todos eram como a gente”, partilhavam as mesmas atividades, os mesmos ornamentos e, sobretudo, a mesma língua.

Uma das narrativas míticas explica como, por ocasião de uma grande festa organizada pelo herói *Ianejar*, os pássaros se enfeitaram apanhando os dejetos de *moju*, a cobra sucuriyu (Eunectes murinus) nos lajedos do rio. Adornadas com cores diferentes, as aves cantaram e dançaram para os homens, que puderam assim aprender suas músicas. Quando terminaram de cantar, o herói lhes destinou um habitat específico, representado pela gigantesca árvore, criada naquela ocasião: a sumaúna *kumaka* (Ceiba pentandra). A partir desta árvore, todas as aves se dispensaram, cada qual com seu canto, sua língua, e sua moradia. Na tradição oral de muitos povos indígenas, este mito das “cores dos pássaros” representa a origem da diferenciação inter-étnica.

Outros mitos estabelecem como se repartiu, entre as espécies humanas e naturais, a ocupação e o domínio dos espaços que se constituem como habitat de todas as categorias de seres que povoam as águas, a floresta, as montanhas, os céus e, inclusive, a borda da “plataforma” terrestre. Nessa distribuição, a humanidade tem um lugar “sui generis”, tanto no tempo como no espaço: cíclicamente renovada através de ciclos de destruição e recriação, ela é “mais nova” que as espécies animais, cuja recriação não altera profundamente o modo de reprodução. Ao contrário dos animais, os homens não encontram seu domínio pronto, mas têm que forjá-lo, alterando a superfície terrestre em sua distribuição de árvores e águas, para criar suas aldeias e suas roças. Para isso, eles precisam do apoio de outras espécies, e especialmente dos animais, que — de acordo com as tradições — lhes ensinaram a se adaptar e a se desenvolver na terra. A civilização dos homens resultou, assim, numa radical mudança de posição dos animais: eles se tor-

naram presas, “comida” para os homens. Porém, para capturá-los, é necessário respeitar, sem abusos, o equilíbrio das relações entre cada espécie e seus “donos”, entidades sobrenaturais que se encarregam da sobrevivência e da reprodução de tudo que existe no universo.

Os donos das espécies naturais

Tudo tem “dono”: homens, plantas, animais e elementos inanimados. Cada porção do universo é definida como a morada de seu respectivo “dono” (*i-jar*) e das espécies que ele controla, concebidas como “xerimbabos” (*eima*). A floresta acolhe o maior número de *-jar*, donos dos pássaros, dos animais e de todas as espécies vegetais consumidas pelos Waiãpi; ela abriga inclusive os donos das plantas cultivadas — nesse caso, trata-se de espécies formalmente semelhante à espécie cultivada, que os Waiãpi designam como genitor daquela: “mãe da mandioca”, “mãe da banana”, etc. . .

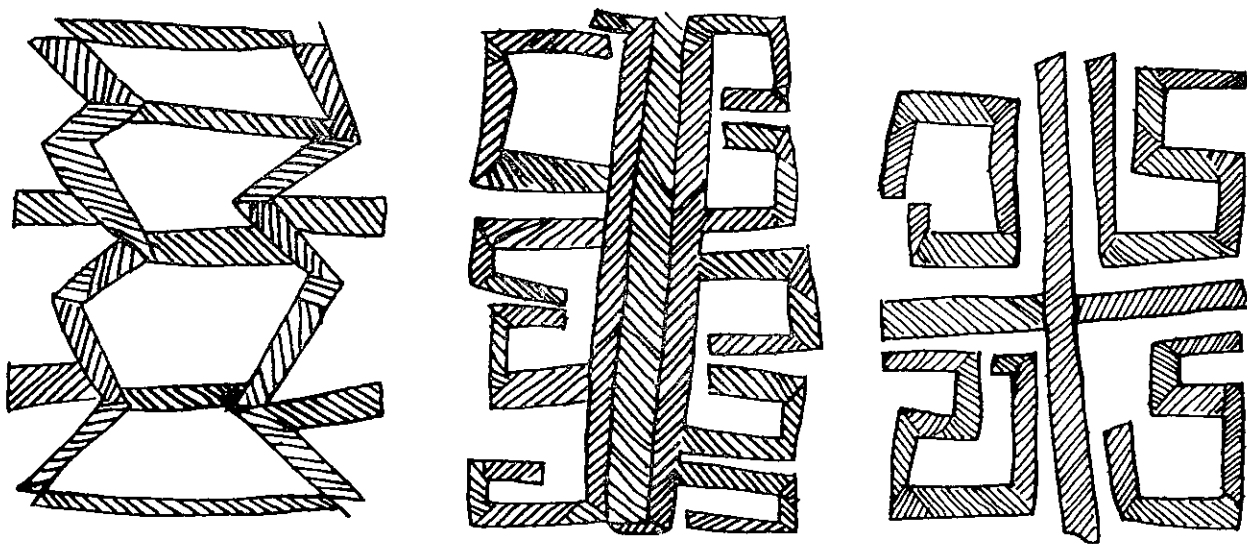
Desde que o herói mítico *Janejar* retirou aos homens os “dons de visão” para oferecê-los aos animais, estes passaram a controlar as forças sobrenaturais partilhadas, no presente, apenas pelos pajés, que se relacionam, intimamente, como os donos da floresta, da água, das montanhas. Somente eles têm acesso à verdadeira configuração dos *-jar*. Os senhores dos animais são concebidos como imagens superlativas da beleza humana: andam sempre adornados com miçangas, pinturas corporais e coroas de penas de tucano. Aos homens comuns, só é acessível uma visão de conjunto da relação entre os *-jar* e suas criaturas. Aos pajés, a vida da cobra grande, dona do mundo aquático, por exemplo, se manifesta como semelhante à vida humana: “no fundo das águas, o trairão é sua massa de mandioca, o poraquê é seu tipiti, o pacu seu beiju, o surubim sua lenha, o cágado seu forno e o jacaré seu banco”.

A principal atribuição dos donos das espécies naturais consiste em “tomar conta” de suas criaturas, controlando sua reprodução, seu crescimento, seu bem-estar físico e também seu movimento. Na concepção Waiãpi, é porque os homens, os animais e as plantas têm dono que eles reproduzem; a perda desse vínculo representa a extinção. A vinculação com um dono é, portanto, a garantia da vida.

As relações dos senhores de animais com a humanidade se manifestam através de ações de cooperação, mas também de agressão, atingindo a quem transgrediu a “regra do jogo”, isto é, quem interveio de modo excessivo no domínio de um *-jar*. Mas os cuidados se estendem também às atividades realizadas na aldeia, onde são preparados e consumidos os produtos de caça e pesca, e no uso de qualquer outra espécie da floresta para a confecção de artefatos. É por isso que existem certas regras — nas técnicas de limpeza da carne, nas diversas modalidades culinárias, na separação e des-

truição dos restos, etc. — que devem ser respeitadas, sob pena de despertar a ira dos donos dos animais ou das espécies sacrificadas para o consumo dos homens.

Por meio de um longo aprendizado pelos caminhos invisíveis, os pajés recebem dos donos das espécies naturais as substâncias e os conhecimentos que permitem aos homens viver na floresta. Por meio disso, os pajés se transformam em ajudantes dos *-jar* que, através desta relação, admitem a intervenção humana em seus domínios. Intervenção esta que sempre é mediada pelo profundo respeito que os índios mantêm com seu território.



Motivo de pintura corporal, representando a cobra sucuriju

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O território Waiãpi é coberto, em toda sua extensão, por floresta tropical, sempre úmida, perene. Com exceção do rio Inipuku, predominam pequenos cursos d'água, todos encachoeirados. A região, cuja altitude varia entre 200 e 500 metros, é extremamente acidentada, formada por uma sucessão de colinas e alguns planaltos, situados nos contrafortes das serras do Iratapuru, Ipitinga e Tumucumaque. Os solos, predominantemente argilosos e arenosos, são ácidos, apresentando alto risco de erosão. A precipitação pluviométrica média na região é de 2.700 mm e a umidade relativa do ar atinge 80%. Este clima quente e úmido, de tipo equatorial, oscila entre um período de chuva (no "inverno", de janeiro a julho) e um de seca (no "verão", de agosto a dezembro).

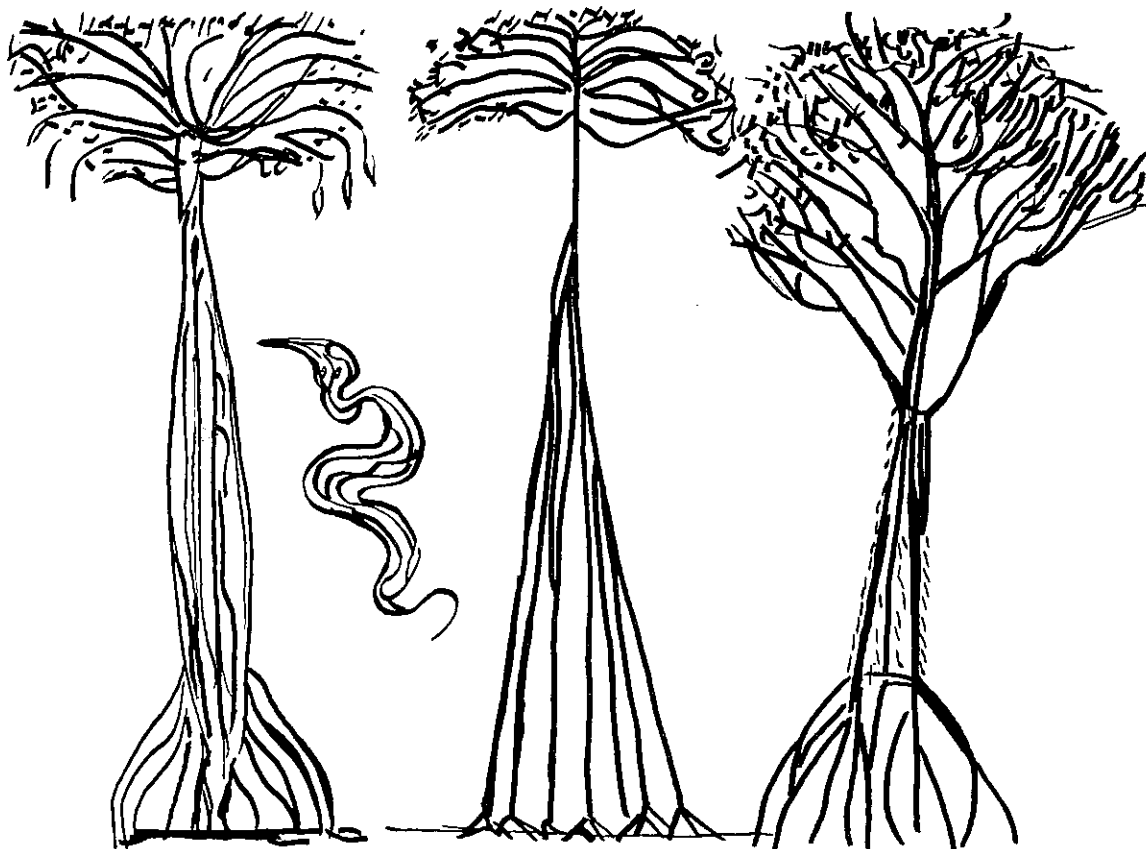
Ciclo de subsistência

O gráfico (pag. 9) indica, de forma esquemática, a distribuição das atividades de subsistência ao

longo do ano. Neste calendário ecológico, os marcos principais são fornecidos pelo canto das cigarras (consideradas como as "donas do verão") e pelos sapos e rãs ("donos do inverno"), que anunciam a sucessão das estações e, portanto, das atividades desenvolvidas, em cada época, pelos Waiãpi.

Apesar das frequentes invasões na área indígenas, os Waiãpi souberam preservar, até os dias de hoje, uma relativa integridade de seu território, no qual eles desenvolvem suas atividades de subsistência de acordo com padrões tradicionais. A principal característica do modo de adaptação dos Waiãpi ao meio é a constante mobilidade entre os diversos espaços que compõem seu território.

O trânsito entre as diferentes áreas de ocupação passa por múltiplos caminhos pela mata (*pe*), balizados pelos pontos de travessia dos igarapés, por acampamentos ou por zonas de capoeiras. Hoje, alguns trajetos passam também pela estrada Perimetral Norte e pelos igarapés transitáveis em canoas motorizadas e, em função disto, pelos postos de assistência (FUNAI e missões de fé: Instituto Lingüístico de Verão e Missão Novas Tribos do

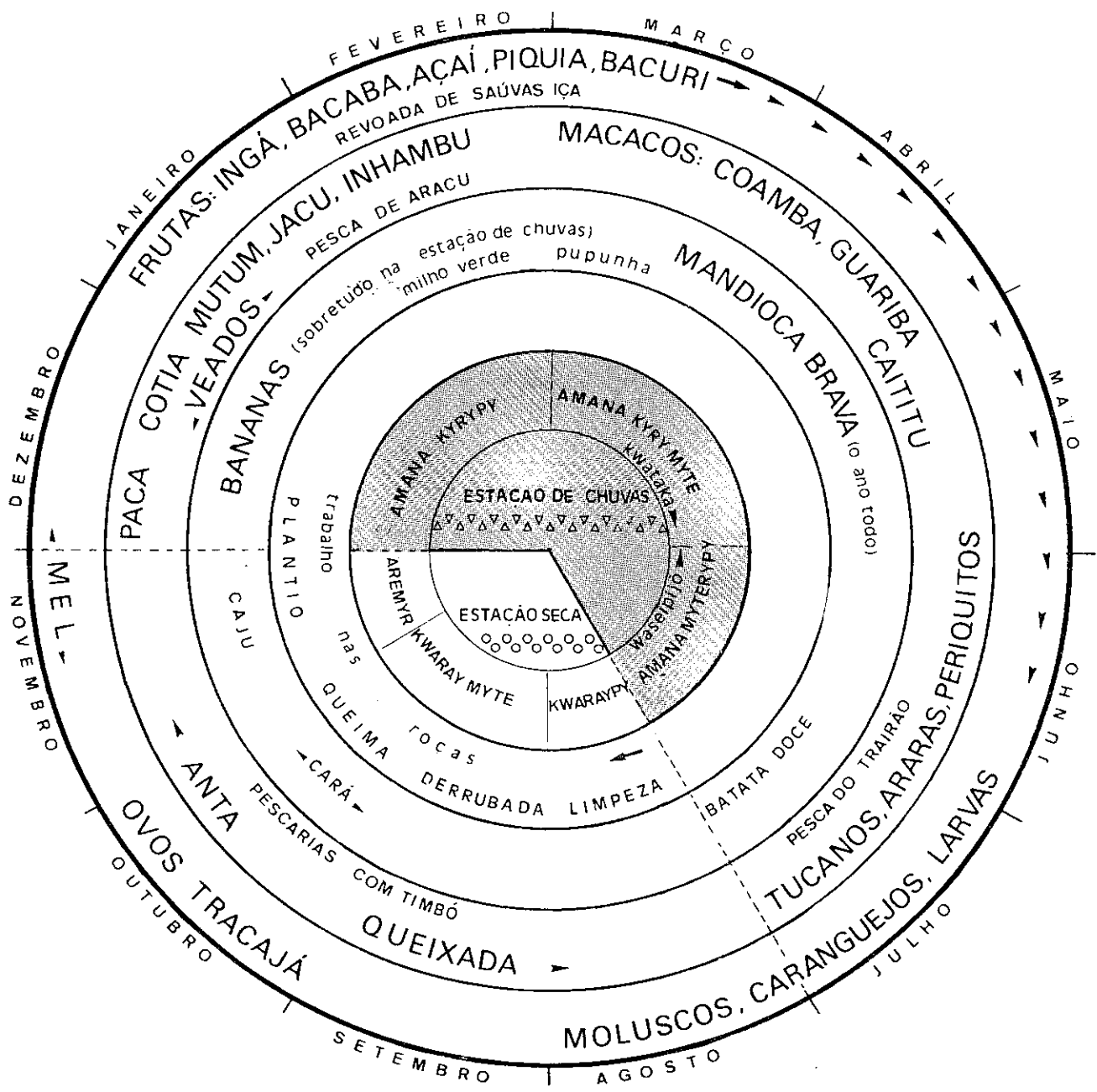


Angelim, sapopema e a sumaúma, moradia dos "donos da floresta", são tres árvores que não devem ser derrubadas.

Brasil) que se constituem em novos pontos de convergência e de contato entre comunidades locais.

Fracassaram todas as tentativas de concentrar a população de diversos assentamentos em macroaldeias na proximidade dos postos, uma vez que os Waiãpi resistem determinantemente a estas pressões, por considerarem negativa — tanto economicamente como sociologicamente — a concentração populacional num mesmo local. As dificuldades de subsistência nas aldeias superpovoadas e as mais atingidas pela proximidade da estrada e, consequen-

temente, pelo esgotamento dos recursos naturais, fez com que muitas famílias voltassem para suas aldeias de origem, ou se dispersassem em pequenas aldeias em volta dos postos. Quando precisam de tratamento, quando querem trocar mercadorias por artesanato ou comunicar situações de invasão, as famílias se deslocam até a sede dos postos, permanecem alguns dias e, depois, retornam. Por outro lado, o inconveniente da sedentarização foi contrabalançado pela intensificação das expedições rumo aos acampamentos na floresta.



Ka'a ete

A floresta é um espaço diariamente frequentado pelos Waiãpi, que a conhecem minuciosamente. A identificação das espécies animais e vegetais, assim como o reconhecimento dos solos e das variações ecológicas entre as diferentes zonas percorridas sustentam o manejo equilibrado — e a longo prazo — dos recursos silvestres. Em sua percepção do meio, os Waiãpi associam os domínios vegetais e animais; a floresta representa o habitat das espécies vegetais e animais consumidas pelo grupo, ao mesmo tempo que é o lugar das grandes árvores que os homens devem derrubar para implantar suas roças e suas habitações. A floresta é, ainda, o lugar privilegiado onde os pajés encontram as entidades sobrenaturais que os auxiliam em suas atividades, propiciatórias, terapêuticas ou guerreiras.

Nesse sentido, a floresta é vista como um espaço que os homens podem “amansar”, mas certamente nunca “dominar”. Como suporte dos mais diversificados recursos, do ponto de vista ecológico e ideológico, a preservação da integridade da floresta é a condição básica da sobrevivência desta sociedade indígena.

Os Waiãpi reconhecem pelo menos sete tipos de formações vegetais que opõem, basicamente, a floresta (*ka'a ete* = floresta “verdadeira”), às outras formações vegetais, consideradas formas empobrecidas ou “falsificadas” da primeira:

ka'a ete — a floresta primária “verdadeira”, que recobre as colinas e os planaltos, em praticamente toda a extensão do território indígena;

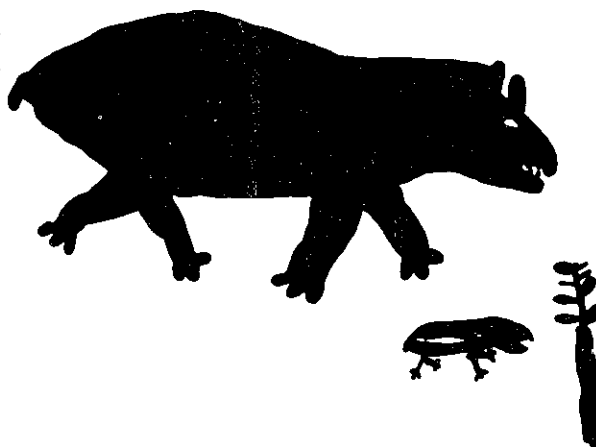
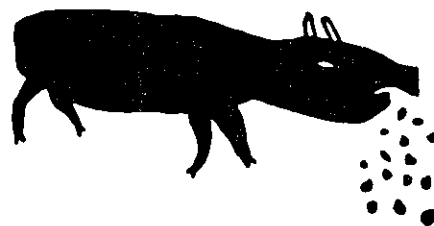
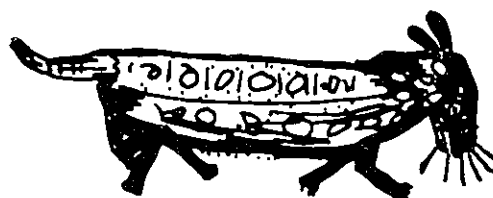
waseity — os açaiçais, que se desenvolvem nos baixões alagados, à margem dos inúmeros igarapés que recortam o território;

ka'a pe — a zona de vegetação ripícola, densa, sobretudo formada por cipós e trepadeiras, que margeiam os igarapés e os separa da floresta; esta zona se diferencia ainda de *moju koo*, as “roças da cobra grande” que correspondem às beiradas e às ilhas flutuantes de plantas aquáticas; *ka'a re*, ao contrário, representa o habitat de macacos e galináceos, mais frequentemente capturados pelos Waiãpi, nas zonas cobertas por árvores de estatura média;

i-jai — as plantas ruderais, na periferia das aldeias;

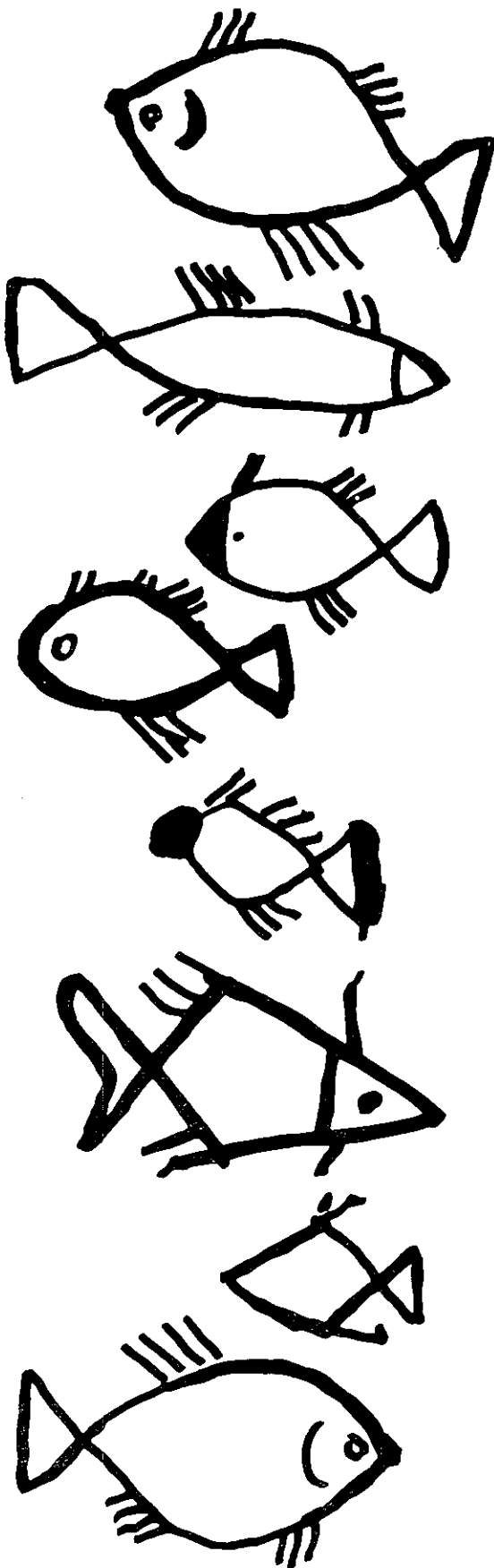
ka'a pi — o capinzal, formações de capins e gramíneas raramente encontrados na área indígena; designa também as áreas altamente depredadas, onde agora “só cresce capim”, ao longo da Perimetral Norte;

koo kwer — a capoeira, recoberta por floresta secundária, onde permanecem produtivas as plantações de longa dura-



ção (pupunhas, laranjais, limoeiros, cajueiros, etc...); *koo* — a roça produtiva, plantada com os diversos produtos cultivados pelos Waiãpi.

Diversificando suas atividades ao longo do ano, os Waiãpi exploram as diversas zonas ecológicas de seu território em função da alternância sazonal dos produtos vegetais e faunísticos. Eles utilizam, assim, todas as possibilidades oferecidas pelo meio da floresta equatorial de terra firme. Por outro lado, a nível do cotidiano das atividades desenvolvidas pela comunidade, a divisão do trabalho permite equilibrar as tarefas agrícolas (atividade feminina) e as saídas na mata, para caça e pesca (atividade masculina) ou ainda para coleta (atividade mista).



Caça e pesca

Entre os índios da floresta, a caça e a pesca — mesmo que não representem a parte mais consistente da subsistência — são atividades altamente valorizadas, para as quais os meninos são preparados desde cedo. A partir de seis anos de idade, com um pequeno arco, eles vasculham as imediações da aldeia, caçando passarinhos e lagartos; nessa idade, os meninos também pescam nos igarapés próximos de sua habitação. Aos nove-dez anos, os rapazes acompanham ocasionalmente seus pais e aprendem a reconhecer os gritos e hábitos dos animais, até que, por volta de quinze anos, experientes, eles contribuem com o produto de suas saídas cotidianas, com a maior parte da carne consumida na aldeia.

Na região do Amapari, a quantidade e diversidade da flora e da fauna foi mantida graças ao baixo índice de povoamento e à mobilidade que caracteriza o modo de vida Waiãpi. Essa forma peculiar de adaptação ao meio, garantiu, até os dias de hoje, a regeneração dos recursos explorados pelos índios.

Os Waiãpi associam a caça à coleta e, até certo ponto, também à pesca, uma vez que podem exercer todas essas atividades ao longo dos mesmos percursos ou por ocasião da mesma expedição na mata. De fato, os interesses dos homens coincidem, muitas vezes, com as dos animais: quando coletam produtos silvestres, os índios encontram os animais atraídos pelas mesmas frutas.

Os animais caçados pelos Waiãpi incluem um número relativamente reduzido de grandes mamíferos terrestres (anta, porcos do mato, veados); as presas mais corriqueiras são constituídas por macacos, galináceos (mutum, inhambu, jacamin, jacu, etc...) além de roedores e de uma grande variedade de aves. São complementados por répteis e quelônios, como o jabuti, facilmente apanhado durante a estação de chuvas.

O potencial ictiológico da área indígena é também muito diversificado. Nos afluentes do rio Felício — igarapés que foram cortados pela rodovia — obtêm-se pouco peixe. Na periferia da área, ao contrário, as bacias dos rios Aimã e Inipuku (ao norte) e dos rios Riozinho e Aroá (ao sul) são fartas em espécies maiores extremamente valorizadas, como o pacu, o surubim, o bicudo e, sobretudo, o trairão. Regularmente, as famílias se deslocam até

acampamentos instalados à margem desses rios para apanhar e moquear grandes quantidades de peixe que serão consumidos na aldeia.

Em função da interdependência das atividades realizadas na floresta, a área coberta pelos Waiãpi para caça/pesca/coleta é extremamente ampla. O peso maior dado a uma ou outra atividade depende das estações e das características peculiares das zonas frequentadas.

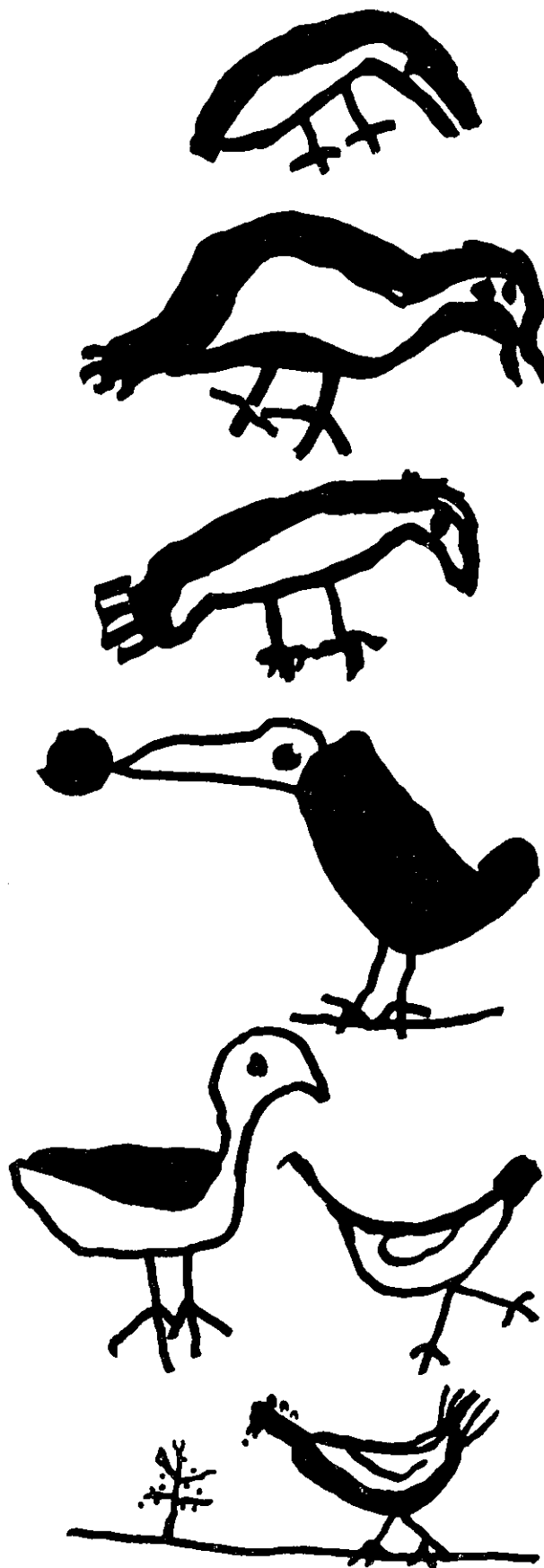
1) Normalmente, os homens saem e voltam no mesmo dia, após efetuarem percursos de 10 a 30 km, ao longo de caminhos de caça individuais, que saem das habitações. Nesses caminhos, que vão se formando ao longo de vários anos, os caçadores inspecionam as árvores cujos frutos são consumidos por determinados animais e observam as formações vegetais que atraem cada espécie (pacas e cotias nas capoeiras, porcos do mato nas baixadas húmidas, etc...).

2) Na estação seca e no intervalo dos trabalhos agrícolas, os grupos familiares se dispersam na mata “para engordar”, à procura de zonas fartas em caça, percorrendo grandes distâncias a partir de acampamentos fixos, situados a três ou quatro dias de viagem das aldeias.

3) Nos meses de maio a julho, grupos de homens se dirigem aos açazais em zonas alagadas, construindo tocaias (abrigo de folhas, construídos no chão ou sobre jiraus) para flechar tucanos, araras, anambés e periquitos cuja carne é consumida e as penas utilizados para a confecção de adornos.

4) Outros percursos incluem o retorno aos sítios de ocupação antiga, que são visitadas coletivamente e regularmente “para mostrar às crianças o lugar dos ancestrais”. Por ocasião das excursões familiares na floresta, os adultos mostram às crianças as frutas comestíveis associando-as às espécies animais que delas se alimentam, observam os rastros dos animais e alertam seus filhos sobre os perigos representados por plantas espinhosas e cobras. Em cada detalhe do percurso, mencionam-se nomes de antigos e relatam-se fatos que marcaram a vida do grupo; é também nessas ocasiões que os adultos narram, “in loco”, os mitos mais significativos para a socialização das crianças.

Durante essas expedições, individuais ou coletivas, os Waiãpi registram, cuidadosamente, as modificações provocadas por forasteiros; quando constata uma invasão, mesmo que intermitente, os jovens passam a fiscalizar sistematicamente a área, ou se organizam para expulsar os invasores.



Coleta

A observação minuciosa da floresta e a complexa rede de caminhos que percorre o território indígena permitem aos Waiãpi completar sua subsistência com um número extremamente diversificado de produtos de coleta. Os mais significativos, para a alimentação, são as frutas, especialmente de palmeiras como a bacaba e o açaí, ou das grandes árvores como a castanheira, as frutas de árvores do tipo Sapotaceas, ou ainda do ingazeiro. Além destes produtos silvestres, é preciso mencionar outras variedades, plantadas pelos Waiãpi, como cacau, laranja, limão e, especialmente, a pupunha. O mel representa uma importante complementação alimentar, mesmo que limitada a um período do ano, durante o qual as famílias se dispersam para coletá-lo. Há ainda os ovos de tracajás e diversos tipos de moluscos e caranguejos, procurados sistematicamente. Insetos e larvas, especialmente co-

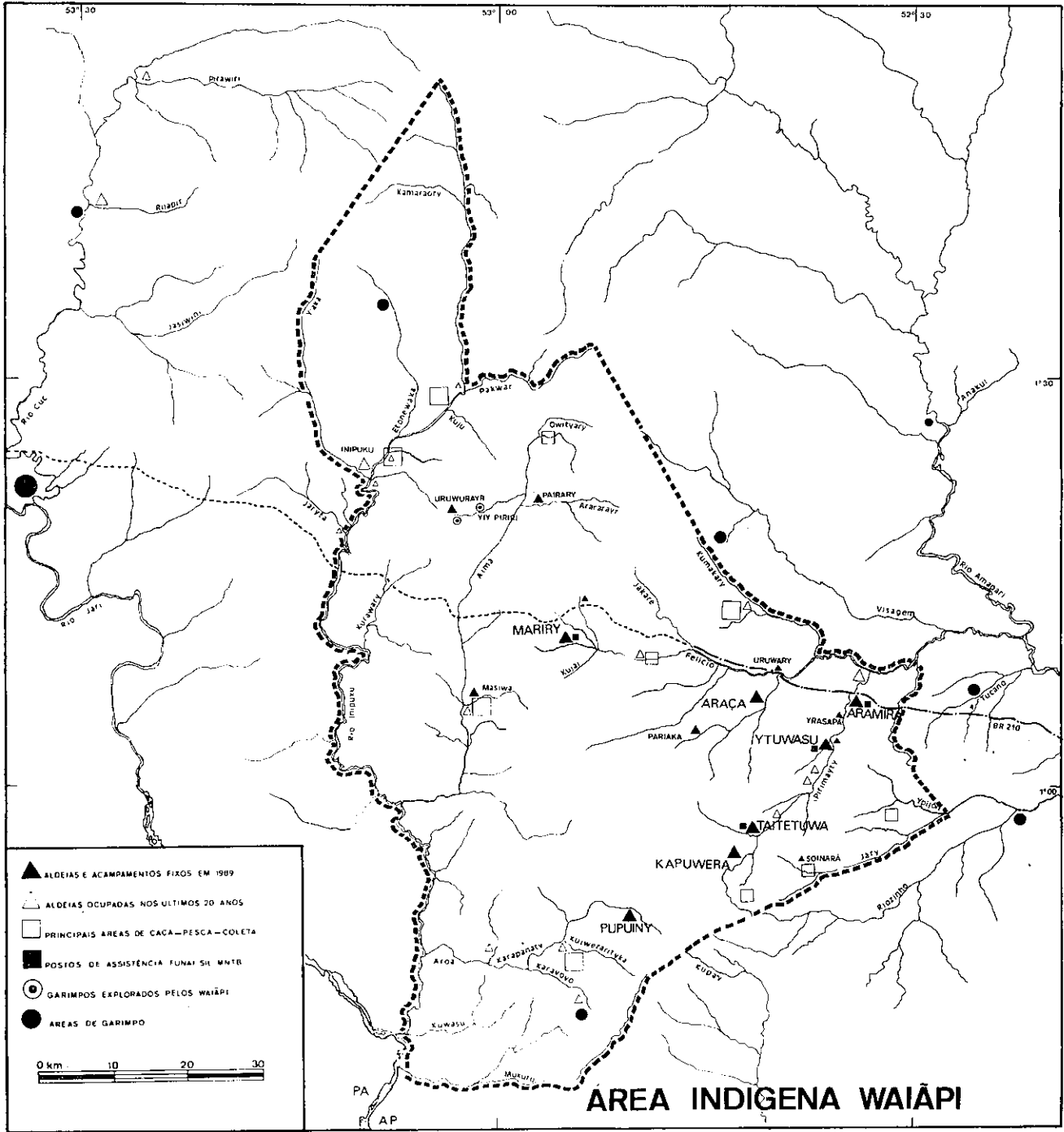
rós, são também aproveitados. Todos esses produtos, mesmo que coletados em pequenas quantidades, constituem iguarias muito apreciadas pelos Waiãpi, assegurando-lhes uma dieta variada.

Circunscrever a área "ocupada" pelos índios às aldeias e à suas imediações (roças, floresta primária e secundária na periferia das habitações) significaria privá-los da grande maioria dos recursos utilizados no dia a dia, tanto para a alimentação e o tratamento de enfermidades, como para a confecção dos artefatos de uso cotidiano (ver a relação de peças da exposição, no final deste Catálogo). A seguir, alguns entre os mais importantes elementos de origem vegetal obtidos nas áreas de floresta primária distantes das aldeias:

— *madeiras*: as árvores de grande porte, raramente abatidas, servem para a confecção de canoas; madeiras resistentes são utilizadas para a construção das casas, outras para a confecção dos arcos: madeiras moles servem ao entalhe



O açaiçal



de bancos e outros utensílios; troncos de palmeira são usados para a construção de jiraus e de palafitas; outros tipos de madeira, enfim, servem especificamente como lenha para os fogos;

— *seiva e resinas*: servem como colas, fixadores, tinturas e envernizadores para os artefatos os mais diversos (em madeira, corda palha ou cerâmica); certas resinas são utilizadas para a iluminação e outras têm propriedades medicinais, também usadas para a decoração do corpo e dos artefatos;

— *cascas e entrecasas*: com usos diversificados, incluindo o uso medicinal, a confecção de alças e amarrações, o envoltório para cigarros, etc...;

— *folhas*: com propriedades abrasivas, para alisar ou limpar artefatos;

— *palha*: procedentes de um número extremamente diversificado de palmeiras, utilizadas para a confecção de trançados e para a cobertura das casas;

— *cipós*: de todos os tamanhos, para amarrações, alças e o acabamento de numerosos artefatos e adornos; muitos cipós têm propriedades medicinais e tintoriais, além do timbó, usado para a pesca;

— *plantas e arbustos*: variados cujos troncos, folhas, cascas ou raízes tem propriedades medicinais; entre estes é necessário mencionar o *arumã*, amplamente utilizado para

os trançados, e as *taquaras* usadas para a confecção de pontas de flechas, furadores, facas, recipientes, etc...

É preciso mencionar, ainda, uma nova atividade extrativa na vida dos Waiãpi do Amapari. Trata-se da garimpagem manual de ouro, que o grupo local de Mariry vem realizando desde 1982, de forma modesta e integrada ao ciclo de atividades tradicionais. A iniciativa partiu do líder desta comunidade, que organizou a captura de um dos invasores instalados no rio Aimã a ensinar técnicas de garimpo aos jovens da aldeia. Desde então, os Waiãpi daquela aldeia trabalham algumas semanas por ano no garimpo, afim de obter recursos para a compra de ferramentas, munição e pano.

Perto dos barrancos, foram abertas grandes roças que permitem a permanência de várias famílias no local e, sobretudo, sustentam a vida ritual do grupo: o duro trabalho no garimpo é assim compensado pela realização de festas de caxiri.



Trazendo um cacho de frutas da palmeira bacaba



Agricultura

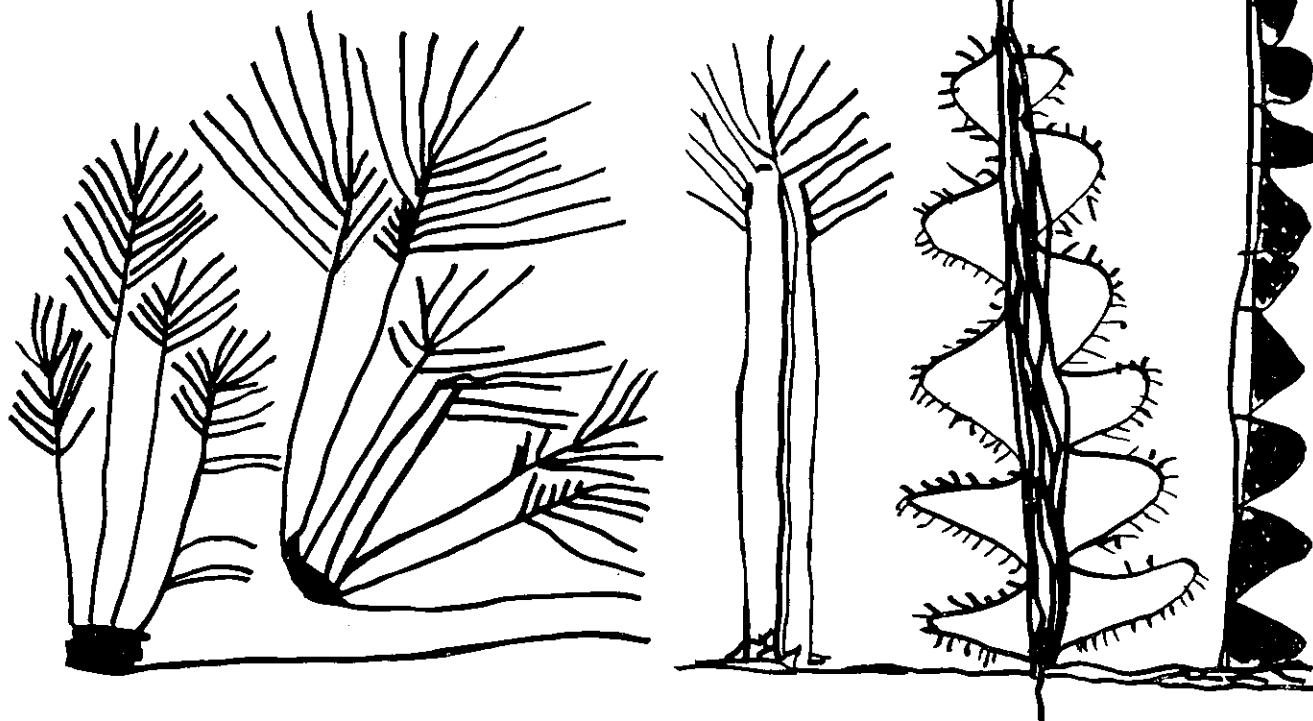
A agricultura é uma atividade central na vida dos Waiãpi. A abertura das clareiras condiciona a localização das habitações permanentes e o ritmo dos deslocamentos sazonais; o produto das plantações, de curto, médio e longo ciclo, contribuem em praticamente 50% dos alimentos consumidos pelo grupo.

Os trabalhos agrícolas são realizados segundo técnicas tradicionais de queima e coivara; o uso de machados de ferro, aos quais os Waiãpi do Amapari têm acesso regular há apenas 30 anos, modificou — segundo eles — o tamanho das clareiras, sem alterar, porém, o ritmo dos trabalhos agrícolas. Todos os anos, abre-se uma clareira em floresta primária (*ka'a ete*) evitando-se zonas infestadas por entidades malignas (*ajã*, moradores de certas árvores; pedras ou lajedos, sepulturas de pajés, etc...), áreas reconhecidamente insalubres ou atingidas por pragas. Atenta-se ainda para a qualidade dos solos, evitando se declives. Essas exigências são as mesmas

para a implantação de habitações, uma vez que as roças devem situar-se, idealmente, na proximidade imediata das casas.

Queimar e limpar as roças são atividades coletivas, nas quais um chefe de família é ajudado por outros membros da comunidade, num sistema de mutirão denominado *pusirõ*. O tamanho médio das roças varia entre 1.000 m² para uma roça pequena a 3.000 m² para uma roça grande. Cada clareira é dividida em áreas que correspondem à família nuclear, ou melhor, à cada mulher casada, pois são elas quem plantam e controlam a distribuição dos produtos.

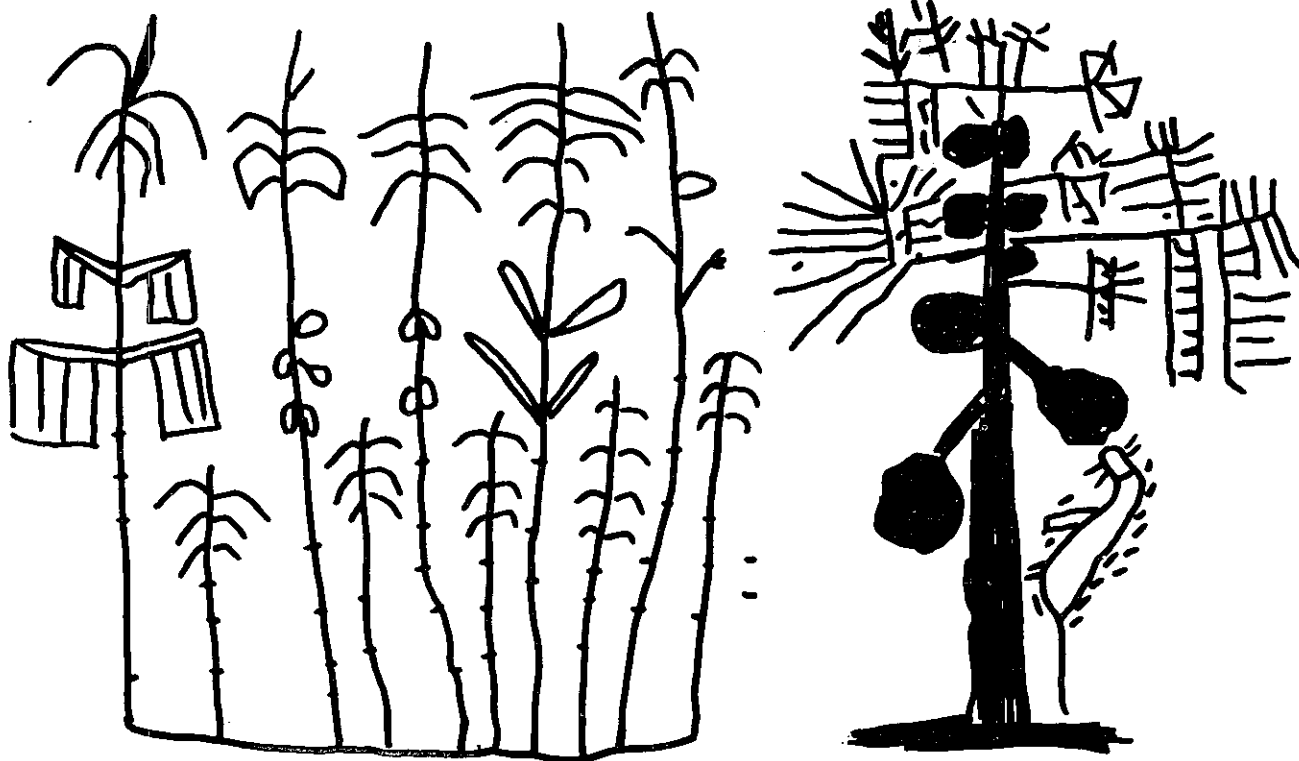
Na roça, as espécies cultivadas são plantadas sem ordem aparente. Há uma nítida ênfase para a mandioca brava, cujos sub-produtos — farinha, beiju, tapioca, tucupi e caxiri — constituem a base da alimentação. Os outros produtos cultivados são o milho, a banana, o cará e a batata doce, cana de açúcar e frutas como o caju, o mamão, o abacaxi, além de pimenta, amendoim e feijão. Além



Plantas da roça: cana de açúcar, macaxeira, cará branco e vermelho.

dessas plantas alimentares, os Waiãpi cultivam a cana (sagitária) para as flechas, o curauá do qual obtêm fibras para cordas, o veneno de pesca, o algodão, cuias e cabaças e o urucu. Para cada espécie, os Waiãpi possuem um número elevado de variedades: mais de 15 tipos de mandioca brava, 10 tipos de batata, outros 10 de cará, 5 de milho, etc. . .

A característica da agricultura Waiãpi é, sem dúvida, a fartura. A quantidade da produção supera, sempre, o consumo. Ao plantarem além das necessidades, os Waiãpi se precavêm de imprevistos que podem afetar a atividade da família (doença, visitas, acidentes climáticos, etc. . .). Esta abundância não foi alterada pelo contato, mas a variedade das plantas cultivadas está hoje ameaçada. De fato, a contaminação de pragas atingiu as roças abertas ao longo da Rodovia Perimetral e está se alastrando no interior da área indígena; para evitar a perda de uma riqueza não apenas alimentar, mas sobretudo ligada ao patrimônio legado pelos antigos, os Waiãpi se preocupam em recuperar variedades de todas as plantas que tradicionalmente cultivavam, através de trocas entre todas as aldeias da área indígena.



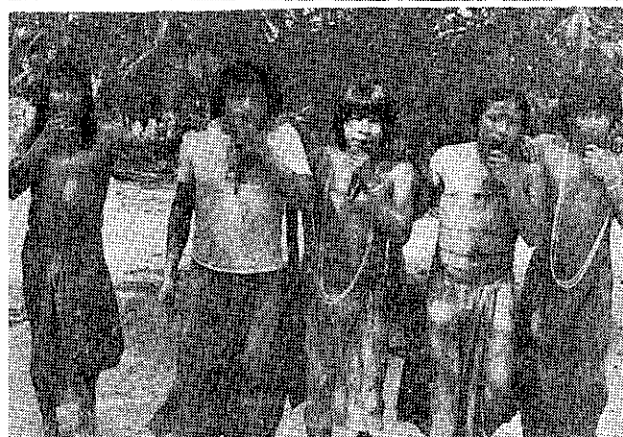
Plantas da roça: milho e mamão.

A aldeia

A forma dos assentamentos Waiãpi é extremamente diversificada não obedecendo a nenhum padrão rígido. Algumas aldeias têm apenas uma ou duas habitações, enquanto outras reúnem mais de 15 casas. As casas (*oka*) correspondem à unidade familiar e, na maioria dos casos, são ocupadas por apenas uma família nuclear. Em cada habitação vivem de 5 a 7 pessoas.

Na aldeia, a casa de habitação não representa a totalidade do quadro da vida familiar, incluindo-se além desta a casa de cozinha, de domínio feminino onde se reúnem mães, filhas e noras, para o processamento da mandioca, a preparação da carne e a estocagem da lenha usada nas casas de cada família nuclear; o domínio da família também inclui um caminho de acesso à roça além de um local exclusivo à beira do igarapé, para o banho e para o abastecimento de água.

Em certas aglomerações é possível distinguir vários pátios, correspondendo a grupos de parentesco, além de uma praça maior, considerada de domínio público. Nesses pátios, delimitados pelas casas de habitação e de cozinha, pelas plantações de urucu e de pimenta, de uso daquela família extensa, se realizam a maioria das atividades comunitárias masculinas: preparação das armas e dos trançados, confecção de artesanato, reuniões de caxiri. A praça central da aldeia, quando existe, constitui mais um ponto de trânsito que um local de reuniões. Ali se realizam as poucas atividades que envolvem a totalidade da comunidade e o convite a membros de outras aldeias: as grandes festas de caxiri realizadas por ocasião dos ciclos de dança-*porai*.



PERSPECTIVAS

A experiência do contato

Há 20 anos, garimpeiros descobriram ouro nas bacias dos rios Aroá e Inipuku, no coração do território Waiãpi. Desde então, sucessivas leva de invasores penetraram na área indígena, provocando — segundo os Waiãpi — um “apodrecimento” acelerado da terra, que compromete o futuro da humanidade. Nesse argumento e no significado cosmológico atribuído às derrubadas e à lama dos garimpos, os Waiãpi do Amapari sustentam sua atual estratégia de enfrentamento com a sociedade envolvente.

A posição de predadores atribuída aos garimpeiros encontra seu fundamento nas representações indígenas sobre a origem da diferenciação interétnica. Os mitos — que tratam das origens mas também do destino da humanidade — levam em consideração a presença dos brancos, *karai-ku*, que os Waiãpi sabem ser definitiva. No dia a dia das aldeias do Amapari, esses mitos são reelaborados em múltiplas formas, em discursos colocados à serviço da interpretação da ambiguidade dos brancos, e da afirmação da posição particular dos Waiãpi frente à intrusão de suas terras. Os brancos são *amana ra'yr*, “filhos da chuva”, razão pela qual são tão numerosos. De acordo com a tradição, as pequenas crianças que se tornariam mais tarde os brasileiros, os franceses e os negros (entre outras categorias étnicas reconhecidas no mito) saíram de pedras caídas do céu. As crianças foram recolhidas pelos índios que as criaram até a idade adulta, quando se separaram delas, após o fracasso de todas as tentativas de “domesticação” daqueles que se tornariam, hoje, *karai-ku*, os brancos.

As experiências, sejam elas míticas, históricas ou fruto de contatos recentes, convergem todas para uma concepção peculiar do homem branco, visto como destruidor: pelo potencial tecnológico, pela violência e finalmente pela contaminação. A introdução de doenças antes desconhecidas e as modificações no meio ambiente provocadas pelos garimpeiros são assim interpretadas como sinais do cataclisma que os povos Tupi-Guarani, tradicionalmente, relacionam com o envelhecimento da terra. Hoje, segundo os Waiãpi: *Ywy i-jupa*, “a terra está podre”.

A Área Indígena Waiãpi, no contexto regional

A pesquisa mineral iniciou-se na região Jari/Araguari antes da abertura da Perimetral Norte. Aliás, os primeiros contatos estabelecidos com os Waiãpi — tanto no Jari como no Amapari — foram feitos por equipes de pesquisa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral e da empresa ICOMI, instalada na Serra do Navio, e/ou por pequenos grupos de garimpeiros que encontraram ouro de cascalho nas terras dos índios.

Nos últimos anos, as margens da Perimetral Norte, no trecho que leva à área indígena, se transformaram numa área de intensa colonização, com a instalação de serrarias, fazendas de criação de gado, núcleos de pequenos agricultores e garimpeiros. Essa ocupação acelerada exerce hoje uma forte pressão sobre os limites da área Waiãpi, frequentemente invadidos. Com isso, agravaram-se os problemas de saúde, pela contaminação com doenças infecciosas; paralelamente, as derrubadas e a degradação das águas dos rios cortados pela estrada e dos igarapés poluídos pelos garimpos afetam seriamente a fauna, ao mesmo tempo que se propagam pragas antes desconhecidas nas lavouras de índios e regionais.

No trecho da Perimetral próximo à área Waiãpi, acima da Serra do Navio — onde funciona a lava de manganês da ICOMI — não foi implantado, até o momento, outro projeto importante na área de mineração. Mas os planos governamentais que prevêem a recuperação e o prolongamento da Perimetral até o rio Jari (cortando toda extensão do território Waiãpi), deverá atrair os investimentos das empresas mineradoras que já se interessaram na região, após a divulgação da existência de importantes jazidas no interflúvio Paru-Jari. Estas jazidas foram recentemente constituídas como Reserva Nacional de Cobre, que confronta com a área indígena Waiãpi. Algumas empresas, inclusive, apresentaram requerimentos de pesquisa mineral, em lotes que incidem na área indígena e cobrem praticamente a metade de sua superfície.

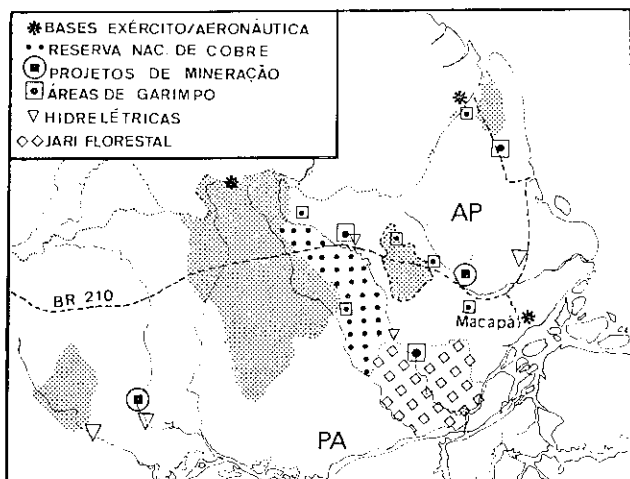
Prevê-se, ainda, a construção de hidrelétricas no rio Jari e de uma linha de transmissão que levará a energia até as bases operacionais das empresas de mineração que virão se instalar na região.

Todos esses empreendimentos atingem, mesmo que indiretamente, a integridade do território indígena: uma pequena extensão de terras que irá representar, em poucos anos, apenas uma ilha de floresta tropical, numa região totalmente depredada pela extração mineral em grande escala.

Enquanto projetos e investimentos se desenvolvem a um ritmo acelerado, atraindo para a região importantes fluxos migratórios, a demarcação da área indígena está paralisada. Como várias áreas indígenas situadas na faixa de fronteira, a regulamentação da delimitação da AI Waiãpi, aprovada

pelo Grupo de Trabalho Interministerial (Dec. 88.118/83) em 1985, continua indefinida. A demarcação da área, incluindo, de forma contínua, a totalidade das bacias ocupadas pelos Waiãpi é condição mínima para garantir o futuro desta sociedade indígena.

O futuro que os Waiãpi almejam para seus descendentes depende diretamente da preservação desta extensa área de floresta, que eles sabem manejar de forma equilibrada e não devastadora. Este é o tema dos depoimentos apresentados a seguir, recentemente proferidos pelas lideranças Waiãpi, sob a forma de "mensagem ao governo".



Discussão: mapa da delimitação da área indígena



Expedição familiar na floresta.

Jan ywy, “nossa terra”

Porque é que muitos garimpeiros entram em nossa terra, na terra de Waiãpi? Não é só pra cá que tem terra! Tem muita terra de *karai-ku* também. Olha prá lá, tem muita terra.

Governo disse que Waiãpi não precisa de terra muito grande! Por que é que não precisa de terra muito grande? Se a terra é pequena, o que é que vamos comer? Governo disse que vai comprar comida para nós! Vai trazer galinha, vai trazer boi, porco. Assim não vai dar certo não! Quando nós vamos caçar, vamos longe, índio anda muito, por isso nós precisamos de terra grande. Por isso não queremos que garimpeiro entre em nossa terra. Garimpeiro só mata caça e deixa estragar. Quando mata um veado, só leva pedaço; anta, quando garimpeiro mata, só leva pedaço, deixa estragado, pra urubu comer. Nós não. Quando matamos caça, ficamos lá mesmo, para moquear. Garimpeiro não, não sabem, por isso, eles dizem: “olha, índio tem terra muito grande”. Grande nada!

Agora, por aqui está cheio de garimpeiros, em toda a floresta. Entram muitos, como formigas. Não são poucos não! Por que é que garimpeiro entra em nossa terra? Garimpeiro não pensa que está em nossa terra? Garimpeiro só pensa em cavar a terra! Porque é que o governo não fala pra ele: “Ah! aí é terra de índio, vocês não podem entrar lá, não podem mexer, porque os índios vão aparecer”. Por que que o Governo não fala assim? Será que nós vamos roubar terra lá em Macapá?

Aqui é nossa terra. Nós não desaparecemos da área, não deixamos nossa terra. É porque nós deixamos crescer os bichos, a caça, porcos, antas, veados, coambas... Se nós vamos todos os dias no mesmo lugar, aí acaba. Então o garimpeiro pensa: “é só mato, é só aldeia velha”. Nós não matamos tudo igual branco. Quando está para acabar, aí nós vamos para outro lugar. Construímos uma aldeia nova bem longe. Nós não acabamos com toda a caça. Pra lá, onde os garimpeiros andam, o mato ficou limpo: quando vamos caçar por ali, não vimos nenhum passarinho voar, nem tucano, nem jacu, não tem nem inhambu, não tem nada. É assim que garimpeiro faz, acaba com tudo. Garimpeiro só pensa em cavar a terra. Nós não (Kumai, líder da aldeia Aramirã).

Não adianta pedir. Waiãpi toma conta de terra dele. É aqui que nossos netos vão ficar. Brasileiro tá aumentando. Mesma coisa, Waiãpi tá aumentando. Isso tem que saber, isso tem que aceitar!

Waiãpi vai querer demarcar certinho. Porque antigamente nossa terra era muito grande, isso tudo aqui, era nosso. Depois já tomaram nossa terra. Agora, então, essa terra aqui é nossa. Agora, ninguém vai tirar pedaço da nossa terra. Por isso tem que demarcar direito.

Não adianta dizer: “olha, vamos botar uma serraria” e outro: “voce vai garimpar por ali”. Não isso não está certo. Não presta isso pra cá, na nossa terra. Nós não queremos que branco fique na cabeceira, morando em cima de nós. Tem que demarcar nosso rio, até a cabeceira de nosso rio. Waiãpi nunca tinha água suja. Tudo que é nosso território tem que demarcar na cabeceira.

Eu estou falando aqui, é Joapírea Waiãpi. Estou falando junto com meu pai, junto com meus irmãos, junto com meus cunhados. Que nós não queremos que branco entre na nossa terra (Joapírea, aldeia Mariry).

Eu vou falar agora. Sou chefe, Waiãpi.

Não quero que os garimpeiros acabem com minha terra. Não quero que que eles tirem ouro, cavando minha terra. Por isso, tem que demarcar nossa terra. Uma grande área onde haverá caça. Os garimpeiros trabalharão fora de nossa terra. Do outro lado, tem muita terra para cavar, lá no Jari. Vai ser melhor quando demarcarem nossa terra. Depois, nossos netos irão caçar, moquear carne, em todos os lugares haverá caça. Nós temos nossas clareiras, onde plantamos mandioca, por isso tem comida em nossa área. Não quero que os garimpeiros andem em nossos caminhos!

Vocês estão ouvindo? Estão entendendo? Sou eu que está falando.

Um chefe, um índio! Parem! Parem de roubar nossa terra (Waiwai, líder de Mariry).

RELAÇÃO DE ARTEFATOS EXPOSTOS

Apresentamos a seguir alguns entre os artefatos mais significativos da cultura material dos índios Waiãpi. As peças foram coletadas por Dominique T. Gallois, em diversas aldeias da área do Amapari, entre 1977 e 1988. Os números entre parênteses correspondem à numeração das peças, que integram a coleção do Acervo Plínio Ayrosa (APA) e a coleção particular de Dominique T. Gallois (DG).

1. Equipamento de caça, pesca e coleta

Paira — Arco, de secção convexo-plana, entalhado em madeira de árvore morta do tipo *paira*, o pau-tartaruga (*Brosimum guianense*); o comprimento dos arcos varia entre 1,60 e 2,10 metros. A corda de fibra curauá (*Bromélia Karatas* L.) é revestida com resina (DG 1 a 3).

Rapar — Flechas, cujas hastes de sagitária (*Gynerium Sagittatum*) são plantadas nas capoeiras. A extremidade das flechas é constituída de uma reta de madeira dura e de vários tipos de pontas (lanceoladas em taquara, farpeadas em madeira, ponta de osso ou ponta rombuda, com pedaços de casco de jabuti) que variam de acordo com os animais e/ou peixes. Na emplumação das flechas, costurada, são utilizadas penas de mutum (*Crax alector*), gavião (*Harpia harpyja* e *Spizaltus ornatus*) e arara (*Ara macao*) (DG 4 a 8).

— Fisga, constituída de uma haste de sagitária, sem emplumação, e de uma ponta trifurcada em ferro batido (obtido de pregos) em forma de tridente; usado para apanhar peixes adormecidos pelo timbó ou para recolher peixes presos ao anzol (DG 9).

Pināsã — Linhada, consistindo num cordel de algodão (*Gossypum barbadense*) revestido com resina e de um anzol metálico fixado ao cordel com cerol. O tamanho deste anzol se destina à captura de peixes grandes (como o trairão e o surubim) (APA 1.365).

Só'o pına — Anzol confeccionado com uma ponta em chifre de veado (*Mazama americana*) fixada a uma vareta de madeira *paira*, extremamente resistente; a alça deste anzol era amarrada à linha de algodão; este artefato, atualmente em desuso, foi confeccionado para exemplificar antigas tecnologias (APA 1.266, 1.267; DG 10).

Panaku — Cesto cargueiro, confeccionado com folíolos de bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.) ou inajá (*Maximiliana maripa* Dr.); este tipo de trançado tem certa durabilidade e é usado pelas mulheres para carregar lenha, mandioca e tubérculos da roça; outros cestos cargueiros, consistindo num trançado de duas folhas de palmeira açá (*Euterpe oleracea*) ou de outras palmeiras, são confeccionados no local da coleta, em função das necessidades, para o transporte de frutas silvestres, produtos da caça ou mesmo da roça. As alças desses cestos são regularmente trocadas, consistindo em faixas de entrescasca de diversas árvores (APA, 1.216, 1.316).

2. Utensílio para o preparo, consumo e armazenagem de alimentos

Semari — Ralador de mandioca e de outros tubérculos, feito de uma prancha de madeira na qual se prende um pedaço de lata, perfurado com prego (APA 1.368).

Tepisi — Cesto cilíndrico extensível, confeccionado com fasquias de arumã (*Ischnosiphon obliquus* R.); o cilindro apresenta uma abertura na parte superior e duas alças: a de cima para prender o tipiti a um ponto fixo e a de baixo para introduzir a alavanca e distendê-lo. O tipiti é usado para prensar a massa de mandioca brava ralada, extraindo-se, assim, o ácido hidrocianico (APA 1.358).

Urupe — Peneira quadrangular, consistindo num trançado com fasquias de arumã preso à uma armação de varetas de madeira dura de pitangueira (*Eugenia Patrisii* Vahl.). A trama do trançado é variável, dependendo do uso: trama fina para peneirar líquidos, trama mais aberta para a massa de mandioca, etc... (APA 1.212, 1.213).

Panakari — Cesto quadrangular confeccionado de fasquias de arumã com e sem casca, num trançado marquetado. As bordas do cesto consistem num trançado cerrado de arumã cuja borda superior é reforçada com cipó. O cesto repousa sobre quatro pés de madeira e é utilizado como receptáculo para a massa de mandioca peneirada (APA 1.232, 1.246).

Rykyry — Cesto de trama aberta, utilizado para o coletar dos produtos da roça (cará, batatas doces, milho) e para o armazenamento de alimentos (farinha de mandioca, em folhas de bananeira). Esses cestos, amplamente utilizados no cotidiano, são confeccionados com fasquias de arumã ou de cipó (APA, 1.208, 1.310).

Rykyry ra'anga — Trançado arredondado, consistindo num aro de cipó que suporta um estreitamento de fasquias de cipó ou arumã. Dependurado nas casas, constitui um receptáculo para beijus e para outros alimentos (APA, 1.209, 1.311).

Tapekwa — Abano trançado com folíolos de palmeira murumuru (*Astrocaryum sciophilum* Miqel). Além de sua principal função, abanar o fogo, este artefato é usado como bandeja para alimentos ou como virador de beiju (APA, 1.210, 1.272, 1.273).

Mito — Trançado quadrangular em folhas de palmeira bacaba ou murumuru, usado como assento ou como tampa para os potes de alimentos e bebidas. Essa esteira é ainda usada para bater o algodão, preparando as fibras para a fiação (APA, 1.214, 1.215, 1.240, 1.312, 1.313).

Kupai — Espátula para a cozinha, entalhada em madeira (APA, 1.249); *koi'we* — colher de madeira entalhada, para mexer mingaus, bebidas fermentadas e cozidos de carne; neste caso, a madeira branca de cedro é envernizada com resina de cipó, para maior durabilidade (APA, 1.274).

Kai ká'wer — Colher feita de crânio de macaco, artefato hoje em desuso (APA, 1.264, 1.265).

Kawasu — Recipiente de cabaça (*Lagenaria siceraria*, plantado na roça) utilizada para o armazenamento de água (APA, 1.234, 1.320).

Kuí — Recipiente de cuia (*Crescentia cujete* L., plantado na roça) utilizado para servir bebidas fermentadas, alimentos líquidos (xibe, mingaus, etc...) e cozidos de carne ou peixe. A parte interna da cuia é alisada com folhas e revestida com resina; a parte externa pode ser decorada com motivos incisos (APA, 1.230, DG 11).

lãpe — Torrador de beiju, consistindo numa platina circular modelada em barro e cozida ao fogo (APA 1.322).

Com o barro (*iyi*), as mulheres também confeccionam recipientes de diversos tamanhos e formas, distinguindo-se os grandes potes para água e bebidas fermentadas (*y'ar*, *warypy*), as panelas para cozer alimentos (*toruwa*) (APA 1.225, 1.226, 1.323, 1.326; DG 13 a 28) e as tigelas para servir e armazenar alimentos (*parapi*) (APA, 1.509; DG 12). As peças de cerâmica são envernizadas com resina de jutaiceira (ou jatobá, *Hymenea courbaril*) (APA, 1.508) e raramente apresentam motivos decorativos.

3. Utensílios e equipamento doméstico

Apyka — Banco talhado num só bloco de madeira de cedro vermelho (*Cedrela Odorata* L.). O banco masculino (*apyka kwaim'e*) tem um formato côncavo ovalado, ao passo que os bancos usados pelas mulheres e crianças têm formato quadrangular (APA, 1.227, 1.319; DG 29).

Kea — Rede de dormir em fios de algodão, distinguindo-se a rede de trama aberta (*sawyra*) (APA, 1.512) e a rede de tecido compacto (*ini*) (DG 30, 31).

Para suspensão das redes no madeirame das habitações, são usadas cordas em fibras de curauá presas aos punhos da rede (APA, 1.276, 1.277, 1.278).

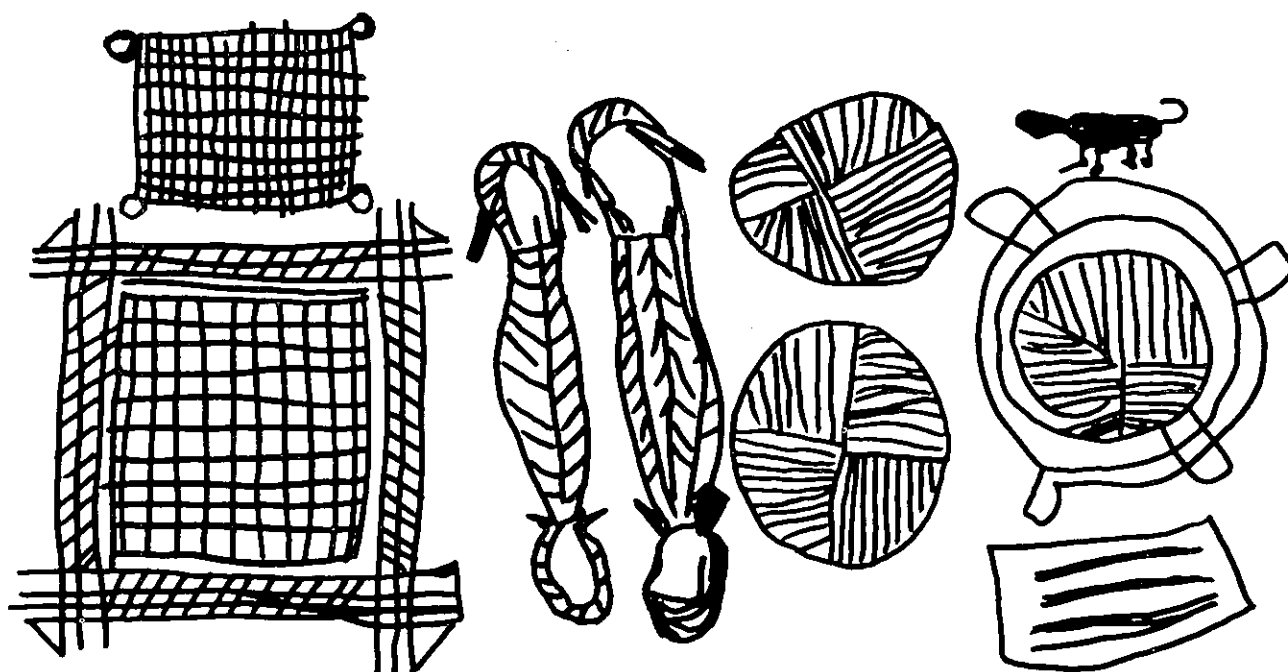
Re'y — Fuso, implemento de fiação constituído de uma vareta de madeira que serve de bobina (*re'y*) e de uma roda (*jawa*) que serve de volante para torcer a fibra de algodão (APA, 1.236, 1.281, 1.282, 1.284, 1.285).

Matura — Cesto cilíndrico de trama fechada, trançado com fasquias de arumã; os motivos marquetados resultam do entrelaçamento de fasquias pintadas com resina e de fasquias simplesmente descascadas. Esses cestos, em diversos tamanhos, são sobretudo usados pelas mulheres, para conservar sementes ou fibras de algodão, fusos e novelos de fios; também são usados para guardar objetos de uso pessoal (colares, cortes de pano, pentes, etc...) (APA, 1.244, 1.269, 1.307).

Sirita — Cesto cilíndrico de trama aberta, com fundo hexagonal, trançado com fasquias de arumã, usado para conservar pequenas quantidades de alimentos (batatas doces, beijos, etc...) ou objetos de uso pessoal (APA, 1.520; DG 32).

Kurapajã tata'yr — Tocha para iluminação, constituída de um feixe de entrecasca de árvores (família das Leticidaceas), amarrado por uma fasquia de cipó (APA, 1.361, 1.505).

Pusira — Aparelho para a produção do fogo, com três elementos: uma lasca de pedra (*takurusi*), a faca para bater a pedra (*maria*) e o *pusira* propriamente dito, feito de um cilindro de taquara preenchido com a massa de um formigueiro silvestre (não identificado) sobre o qual, caindo a faísca, se forma a chama (APA, 1.362).



Artefatos utilizados para o processamento da mandioca.

4. Indumentária, adornos e objetos de uso pessoal

Kuā — Cinto masculino em fios de algodão; os cintos mais finos são usados no cotidiano, para amarrar a tanga de algodão vermelho; em ocasiões rituais, vestem-se cintos mais grossos de fios de algodão, ou cintos feitos de feiras de miçangas de vidro colorido (APA, 1.257).

Typoi — Tipóia usada pelas mulheres para carregar crianças pequenas; como nas redes, distingue-se a tipóia de trama aberta e a tipóia de tecido compacto (APA, 1.242, 1.255, 1.300).

Sa'u — Saia feminina em tecido compacto de algodão; esta saia tecida em tear vertical era usada no passado, ao passo que atualmente, as mulheres usam saias cortadas em pano vermelho industrializado (DG 36).

Awasi pa'yr — Colar de contas trançadas com fasquias de arumã, denominado “contas-milho”; este adorno, produzido hoje para comercialização, foi substituído pelas feiras de contas de vidro colorido (*pa'yr*) (DG 37, 38).

Akâneta — Coroa de plumas de tucano, um adorno cotidiano dos homens, também usado pelas mulheres durante os rituais. O pingente dorsal desta coroa, denominado “flor do *akâneta*” é normalmente constituído por pássaros do tipo Anambé (*wyname*, *takiriri*, *wyrao*) ou por elípticos de besouro, ou ainda por bicos de tucano. Este adorno é também o principal objeto de artesanato para venda confeccionado pelos Waiãpi (DG 40 a 43).

Akâneta sarā — Coroa vertical, consistindo num aro de cipó sobre o qual estão fixadas penas de tucano e de arara. Este adorno, hoje produzido para comercialização, era usado em certos rituais nos quais os dançarinos representavam o voo de pássaros que voam alto e através disso, simbolizavam o bem estar e a boa saúde do grupo (APA, 1.317).

Moju akâneta — O “adorno de cabeça da cobra grande”, uma coroa vertical produzida para comercialização e usada em rituais que representam esta entidade sobrenatural, extremamente importante na cosmologia waiãpi (APA, 1.521).

Arara rowai — Literalmente “rabo de arara”, cujas penas são as mais utilizadas para confeccionar estes pingentes alçados na braçadeira, usados no cotidiano pelos homens e sobretudo pelos rapazes novos (APA, 1.522, 1.523). Outros pingentes são confeccionados com plumas de mutum ou periquito (APA, 1.528, 1.529).

Arara rowai rena — Estojo para penas de arara, consistindo num tubo de tronco de imbaúba (*Cecropia obtusa* Trecul.), fechado nas duas extremidades com folhas de bananeira (APA, 1.366).

Warape — Pequeno cesto com tampa encaixante, trançado com folíolos de palmeira curuá (*Atalea spectabilis* Mart.), para conservar penugem e plumas de tucano de outras aves (APA, 1.296, 1.297).

Kareru ou *pagara* — Cestos quadrangulares, com tampa encaixante, trançados com folíolos de palmeiras curuá ou com fasquias de arumã. Estes cestos são usados pelos homens como receptáculo para os mais diversos pertences pessoais: adornos, cortes de pano, cigarros, anzóis, fibras e outros materiais tecnológicos (APA, 1.229; DG 33, 39).

Tawari — Rolo de entrecasca de árvores usadas como enólucro para os cigarros (*pety*, *makure*) (APA, 1.252, 1.360).

Brinquedo-avião, confeccionado por um menino de 8 anos, com a madeira mole da imbaúba e pedaços de plástico (APA, 1.375). Outros brinquedos, confeccionados pelos pais para seus filhos, consistem em rodela de cipó, ou dobraduras feitas em folíolos de palmeira (APA, 1.367).

5. Instrumentos musicais

Os Waiãpi possuem um amplo repertório de ciclos rituais, cuja temática é principalmente voltada para a celebração das relações estabelecidas, desde os tempos míticos, com os diversos domínios do universo: o ciclo do *Ture* se refere ao “dono da humanidade”, *Ianejar* enquanto outros ciclos representam o mundo dos peixes, dos pássaros, das onças e de outros predadores. A comunicação com o mundo sobre-natural se expressa na decoração dos instrumentos e na vestimentas dos participantes, no gestual das danças, na letra das canções, no tom vocal ou no som instrumental.

Instrumentos de sopro usados na música individual, como *pipi memyr* — flauta com aeroduto, em taboca (APA, 1.514); *so'o kã'wer* — flauta de osso de tíbia de veado, sem aeroduto (APA, 1.279); *imia mytere* — flauta sem aeroduto, confeccionada em taboca (APA, 1.303) e *erevo* — flauta de pan, sem aeroduto, consistindo em três ou quatro tubos de taboca (APA, 1.517, 1.518).

Instrumentos de sopro usados na música coletiva, por ocasião dos ciclos rituais dançados. Os diversos instrumentos tocados representam os animais celebrados nas festas, como *jawarō ra'anga* — clarinete consistindo numa caixa de ressonância em tronco de imbaúba e palhetas de taquara, cujo som representa a onça (APA, 1.515, 1.516); *kwamã* — flauta com aeroduto, bloco mediano, confeccionado com um segmento de taboca (*Guadua macrostachya* Rupr); neste caso, o peixe amarrado ao instrumento representa o *pirapuku*, peixe “bicudo” celebrado no ciclo dos peixes (APA, 1.218); *takwari* — flautas simples e duplas confeccionadas com gomo de taquara, com aeroduto (APA, 1.219, 1.220, 1.221, 1.519, 1.250).

Instrumentos de percussão como o *maraka* — chocalho globular, em cabaça (APA, 1.247, 1.248, 1.290) e o *awai* — chocalho em feira; os elementos sonoros, consistindo em cascas de castanhas do tipo “Chapéu de Napoleão” (*Thevetia ahuai* A.D.), fixado a uma faixa de algodão tecida (APA, 1.243, 1.298).

Máscara utilizada por todos os dançarinos durante a festa do peixe pacu. Esta vestimenta consiste numa armação de madeira à qual está preso, na parte superior, um peixe talhado em madeira; na parte central, um chapéu trançado com fasquias de arumã; faixas de envira escurecidas envolvem as costas do dançarino. Durante a dança, os peixes batem nas armações, produzindo um barulho que representa os pacus “dançando” nas cachoeiras (APA, 1.223, 1.224, 1.261).

OUTRAS PEÇAS:

borduna (APA, 1.228); mandíbula de caititu usada como plaina (APA, 1.271); pentes (APA, 1.294), 1.295; DG 34, 35); cruz de fios (APA, 1.524); cuia e pincéis para pintura corporal com jenipapo (APA, 1.291); caixa de ressonância (APA, 1.450); amostra de trançado em confecção (APA, 1.451); amostras de matérias-primas vegetais (APA, 1.237, 1.238, 1.510, 1.511, 1.530); amostras de penas de diversas aves (APA, 1.371, 1.372, 1.373, 1.374, 1.525, 1.526).

BIBLIOGRAFIA

Algumas referências sobre a Amazônia:

- Andrade, L. e Santos, L. (org.) — As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas — Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, 1988.
- Centro Ecumênico de Documentação e Informação e Museu Nacional/UFRJ — Terras indígenas no Brasil — CEDI, São Paulo, 1987.
- Conselho Nacional de Seringueiros e Central Única de Trabalhadores — Chico Mendes — CUT, São Paulo, 1989.
- Fernandes, F.R.C. et alii — A questão mineral na Amazônia: seis ensaios críticos — MCT/CNPq, Brasília, 1987.
- Meggors, B. — Amazônia, a ilusão de um paraíso -- Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.
- SBPC — Ciência Hoje: Amazônia/1984 — Edição Especial, Vol. 2/10, 1984.

Sobre os índios Waiãpi:

Os textos deste Catálogo foram realizados a partir de pesquisa realizada por Dominique T. Gallois, entre os Waiãpi do Amapá, e consulta aos trabalhos de Pierre Grenand, relativos aos Waiãpi da Guiana Francesa. Para outras informações sobre esta sociedade indígena, ver:

Gallois, D.T. — “Índios e brancos na mitologia Waiãpi: da separação dos povos à recuperação das ferramentas” — Revista do Museu Paulista, vol. 30, São Paulo, 1985.

— “Os Waiãpi e os garimpos” — Aconteceu Povos Indígenas/84, CEDI, São Paulo, 1985.

— “Migração, guerra e comércio: os Waiãpi na Guiana” — Série Antropologia n. 15 FFLCH-USP, 1987.

— “O movimento na cosmologia Waiãpi: criação, expansão e transformação do universo” — FFLCH-USP, dat., 1988.

Grenand, P. — “Introduction à l'étude de l'univers Waiãpi: ethnoécologie des indiens du haut-Oyapock (Guyane Française)” — Paris, 1980.

— “Pharmacopées traditionnelles en Guyane” — (com C. Moretti e H. Jacquemin) ORSTOM, Paris, 1987.

Ricardo, C.A. (coord.) — Povos Indígenas no Brasil, Volume 3: Amapá, Norte do Pará — CEDI, São Paulo, 1983.

Serviço de Artes Gráficas — FFLCH/USP

Programação Gráfica: Lucy Lagunas

Compos./diagram.: Adaclé Mari Monteiro

Revisão: Maria Helena G. Rodrigues

Impressão: José Fermino da Silva
Paulo A. de J. F. Santos

São Paulo, 1989



A exposição “Ka’a ete: Waiãpi, povo da floresta” apresenta a situação de um povo indígena e de seu território, do ponto de vista da adaptação ecológica à floresta amazônica. O caso dos índios Waiãpi, que habitam a região da Rodovia Perimetral Norte, no Amapá, é particularmente significativo para a análise do uso indígena da floresta, como fonte de vida, em seus aspectos econômicos, sócio-políticos e simbólicos.

O roteiro da mostra e do catálogo acompanha as atividades desenvolvidas em diferentes espaços do território indígena: *ka’a ete*, a floresta; *kookwer* e *koo*, as capoeiras e roças; *okare*, a aldeia. Um último bloco, intitulado *iane ywy*, “nossa terra”, contextualiza depoimentos dos Waiãpi sobre a questão da demarcação de suas terras.

Através dessa temática, pretende-se fornecer elementos para a discussão da atual política indigenista e ambiental na Amazônia, num momento em que essas questões adquirem uma importante repercussão nacional e internacional.